

# Devagar mas andam os projetos do governo



O paquiderme legislativo moveu-se na última quarta-feira e concluiu a votação do projeto de lei que autoriza concessões de serviços públicos a empresas privadas. Esse é um dos projetos da lista de prioridades do governo e agora vai ao Senado, já habituado a reduzir o tempo de tramitação das propostas. Não há como alterar esse ritmo, a não ser quando se arma uma situação de calamidade pública, o que não é o caso. O Poder Legislativo tem seu próprio *mood* e seu próprio ritmo.

Na linha da chamada modernidade estão na fila mais três projetos — o dos portos, o da Advocacia Geral da União e o das marcas e patentes. A preparação dos portos para a privatização possível esbarra contudo na firme resistência dos sindicatos de cais em todo o país. Agora mesmo eles estão em greve, greve política, para deter o andamento do projeto, que elimina seu monopólio na gestão dos serviços portuários. A greve já conseguiu pôr a comissão sob controle e o projeto deverá ser posto em banho-maria.

O governo aparentemente não aceita o substitutivo do relator, deputado José Reinaldo Tavares, por considerar que ele preserva de certo modo a influência da estrutura sindical no controle dos portos. O deputado, todavia, entende que está enfrentando resistências empresariais que aspiram a pôr as mãos naqueles serviços. O projeto pode ser resolvido no âmbito da comissão, mas pelo visto isso demorará ainda algum tempo e provavelmente irá ao plenário. Não se deve esquecer que cada porto se situa numa cidade cujo comando político será renovado na eleição de outubro.

O projeto que regulamenta a Advocacia Geral da União foi posto na faixa da suspeição por abrigar postulações tidas como ilegítimas de funcionários que pretendiam melhorar de situação sem se submeter a concurso público. Eles alegam que exercem funções similares para as quais se submeteram antes a concursos. As pressões de um lado e de outro poderão igualmente levar a iniciativa a submeter-se ao ritmo costumeiro da operação legislativa.

O projeto de reconhecimento de marcas e patentes não tem sua votação prevista para já. Aparentemente está na

pauta do segundo semestre, pois ainda que haja convocação extraordinária no mês de julho o tempo aí seria reservado para a tentativa de apro-

vação do ajuste fiscal, hoje a pedra de toque da política econômico-financeira. Sem o ajuste, nada feito. A inflação dos 20% ao mês continuará a corroer a economia e o governo já não dispõe de meios eficazes para reverter a situação, a não ser...

O ex-ministro Mário Henrique Simonsen é um dos economistas que esperam tudo do ajuste fiscal mas adverte que “o antibiótico só chega daqui a seis meses”. Como os políticos insistem em que aprovar este ano o projeto do governo não é possível, a equação armada projeta no fundo um desenlace terrorista para o problema da inflação. A febre ultrapassaria os 39º e o doente entraria em delírio.

O senador Fernando Henrique Cardoso lembra que a Constituição assegurou melhor renda tributária aos estados e municípios do que à União, situação que obviamente aqueles não querem perder. Mesmo que assim se fizesse a reforma e a receita federal crescesse, os primeiros recursos seriam para o Estado operar. Só depois poderia vir algo com que reduzir a inflação. Mas os ministros do Governo e da Economia articulam-se para mobilizar a nação no pressuposto de que podem conseguir o que ao senador parece impossível.

O governador de Pernambuco, Joaquim Francisco, propôs — e a proposta foi aceita — uma reunião de governadores e lideranças políticas e parlamentares com a equipe econômica. Ele acredita que os estados poderão obter informações que ainda não têm sobre o que eles poderão perder ou ganhar com o ajuste para assim ficarem em condições de definir uma possível faixa de entendimento, se houver campo para tanto.

As coisas, como se sabe, não estão fáceis sobretudo porque à natureza técnica do tema e à motivação política dos interlocutores se sobrepõe uma conjuntura altamente negativa criada pelo escândalo continuado das apurações da nova CPI da corrupção. Enquanto os depoimentos do inquérito estiverem no ritmo em que se processam no momento, dificilmente se levará a população a pensar em outra coisa.

## Marinha e ecologia

Do ministro da Marinha, almirante Mário César Flores, recebi o seguinte ofício, datado do dia 8:

“Transmito com prazer a vossa senhoria meus cumprimentos pelo seu ‘Ciência e mito na ques-

tão ecológica’, publicado no JORNAL DO BRASIL de 7/6/92.

É bom ver jornalistas com a influência de vossa senhoria engajados na busca do equilíbrio entre a utopia e a responsabilidade perante as necessidades do homem.”

Carlos Castello Branco